

Mineração extrativista e pandemia da Covid-19: reflexões a partir da Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais

Kathiuça Bertollo¹

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a mineração extrativista no contexto da pandemia da Covid-19 a partir da Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (RQ-FMG). No período pandêmico a mineração foi considerada atividade essencial pelo governo federal, o que permitiu que ocorresse sem interrupções por parte das mineradoras, acumulando um expressivo registro de violações de direitos trabalhistas e sanitários, contaminações e mortes. Este cenário reafirma a mineração extrativista como uma atividade com alto índice letal de seus trabalhadores/as e que se sustenta na superexploração da força de trabalho, condição dialeticamente proporcional aos altos índices de lucratividade obtidos em tal período.

Palavras-chave

Mineração extrativista; Pandemia da COVID-19; Capitalismo dependente; Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Extractive mining and the Covid-19 pandemic: reflections from the Iron Quadrangle Region of Minas Gerais

Abstract

This article presents reflections on extractive mining in the context of the Covid-19 pandemic from the Iron Quadrangle Region of Minas Gerais (RQFMG). During the pandemic period, mining was considered an essential activity by the federal government, which allowed it to occur without interruptions by mining companies, accumulating a significant record of violations of labor and health rights, contaminations and deaths. This scenario reaffirms extractive mining as an activity with a high lethality rate for its workers and which is sustained by the overexploitation of the workforce, a condition dialectically proportional to the high profitability rates obtained in such a period.

Keywords

Extractive mining; COVID-19 pandemic; dependent capitalism; Iron Quadrangle Region of Minas Gerais.

Artigo recebido em fevereiro 2024

Artigo aprovado em abril 2024



Introdução

Este artigo apresenta reflexões sobre a atividade econômico-produtiva da mineração extrativista no contexto da pandemia da COVID-19, tomando como recorte a Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (RQFMG), território que possui marcas seculares sangrentas do período colonial escravocrata, do trabalho forçado nas minas de ouro e que se perpetuam e se apresentam no tempo presente a partir da superexploração da força de trabalho, dos rompimentos criminosos de barragens de rejeitos e da negação do direito ao isolamento social em período pandêmico aos/às trabalhadores/as das mineradoras, entre outros agravos cotidianos.

Constata-se que, ao longo do período pandêmico compreendido entre 11 de março de 2020 a 05 de maio de 2023, os/as trabalhadores/as foram colocados/as em situações de extremo perigo, uma vez que a mineração foi considerada atividade essencial pelo governo federal, o que permitiu que ocorresse sem interrupções por parte das mineradoras, acumulando um expressivo registro de violações de direitos trabalhistas e sanitários, contaminações e mortes ao longo desses 03 anos de duração da pandemia.

Como consequência, toda a sociedade, especialmente as famílias destes/as trabalhadores/as foram colocadas em perigo. Situação que se conformou de modo ainda mais preocupante considerando a precariedade da estrutura de atendimento da política pública de saúde nos municípios da RQFMG, em que a maioria dos municípios apresentam características interioranas e são de pequeno ou médio porte populacional, sem maior oferta de leitos de UTI na rede hospitalar.

Este cenário reafirma a mineração extrativista como uma atividade com alto índice letal de seus trabalhadores/as e que se sustenta na superexploração da força de trabalho, elementos que contribuem para a perpetuação da dependência enquanto conformação determinante do capitalismo que opera neste território e que nos coloca em relação subordinada no contexto da divisão internacional do trabalho.

A partir dessas premissas, nas linhas que seguem explicitaremos elementos que conformaram e ainda perduram neste cenário de descarte da vida humana, uma vez que sob os marcos do capital, a força de trabalho é reduzida a uma mera mercadoria facilmente descartável e que somente desperta interesse enquanto gerar mais valor aos que controlam o processo produtivo a partir da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho assalariado, que nesta parte do globo, conforme Marini (2005), ocorre sob a condição de violação da lei do valor, melhor dizendo, de superexploração da força de trabalho enquanto fundamento da condição de dependência aos centros do capitalismo.

Capitalismo dependente e a atividade econômico-produtiva da mineração extrativista na Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais

O modo de produção capitalista se impõe de forma hegemônica no globo a partir da contradição classista que tem seus fundamentos na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho. A divisão internacional do trabalho conforma e estabelece essa relação antagônica entre Estados-Nação e classes sociais, uma vez que:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (Marx, 2013, p.351).

É a partir desses determinantes econômico-produtivos e histórico-sociais que a América Latina, o Brasil e a RQFMG adentram a história mundial sob as marcas de sangue e fogo da conquista e escravização no passado colonial enquanto parte do processo de acumulação originária/primitiva, conforme evidenciado por Marx (2013), e do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho (Marini, 2005) na contemporaneidade. Contextos distantes secularmente, mas





que se assemelham pelas marcas estruturantes do saqueio, extrativismo, violência e dominação externa.

Acerca da América Latina neste processo histórico e econômico, e dando ênfase ao período mais recente, Seoane (2012.p. 5-8-9) afirma que

[...] el extractivismo implicó la creciente integración subordinada de las economías de la periferia al circuito de la gran producción capitalista global expresado en el nuevo carácter de la dependencia y los procesos de recolonización característicos de las últimas décadas [...] las bases del actual modelo extractivo exportador se asientan en las transformaciones iniciadas con la implementación de las contrarreformas neoliberales en el continente [...] Sin embargo, miradas desde el presente, las décadas de implementación del neoliberalismo en la región deben ser leídas también en clave de la constitución del modelo extractivo exportador e, incluso, del rol que cumplió la valorización financiera en la forja de ese modelo [...] En este proceso, los años '90 y la agenda del Consenso de Washington sumarán un nuevo paso necesario para asegurar la expansión de la mercantilización y explotación transnacional de los bienes comunes de la naturaleza. Un conjunto de reformas legales e institucionales, junto a una serie de políticas públicas orientadas a imponer una regulación pro-mercado, y la privatización de empresas y bienes públicos signarán ahora las bases del extractivismo exportador.

Estas afirmações nos remetem a considerar o período de boom e pós boom das commodities, em que os primeiros anos do século XXI ficaram marcados pela forte variação nos preços dos minérios (Wanderley, 2017), destacando novos elementos na configuração das relações econômicas mundiais e aprofundando aqueles estruturais, em que a China figurava como um dos principais destinos do minério de ferro enquanto mercadoria produzida-extraída na RQFMG.

Tal contexto, mesmo sendo um período relativamente curto, pouco mais de uma década, desencadeou alterações e impactos de expressiva ordem. Na elevação ou na queda do preço das commodities, no caso em tela, do minério de ferro, o que ocorreu foi um acentuado

aumento da produção/extração mineral. Seja em momentos de ganho de lucratividade ou de rápida e expressiva queda das taxas de lucro, a estratégia utilizada pelo capital foi de ofensiva e destruição da força de trabalho e da natureza. É nesse contexto, que o rompimento-crime da barragem de Fundão ocorre em Mariana-MG, no dia 05 de novembro de 2015, e se conforma em mais uma violenta marca de nossa particularidade Latino-americana subordinada aos ditames do capital em sua fase monopólica (Bertollo, 2017).

Em termos mais abstratos e amplos significa que

Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos – adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz (Osório, 2012, p. 42).

Estes determinantes, agravados a cada novo ciclo da crise estrutural do capital, impõem asseveradas condições de sobrevivência à classe trabalhadora da RQFMG que majoritariamente é requerida de forma direta ou terceirizada, nas minas, barragens e complexos produtivos, ou no setor de serviços que atende tal contexto, ou ainda, nas obras de reconstrução dos distritos destruídos pelo rompimento-crime.

Em suma, a atividade da mineração extrativista e seu processo produtivo determinam a empregabilidade e a condição econômica regional. Da mesma forma, incidem significativamente na balança comercial brasileira, configurando-se em elementos da perpetuação da dependência enquanto característica do capitalismo que opera neste território e que nos coloca em relação subordinada no contexto da divisão internacional do trabalho. Conformação esta, que determinou os rumos da produção-extração mineral no período pandêmico, ou seja,



a não paralização das atividades traduziu-se em exorbitantes ganhos de lucratividade aos expoentes do capital que atuam neste setor.

Pandemia da Covid-19 e a mineração extrativista como atividade essencial: a reafirmação de que a força de trabalho é uma mercadoria descartável

Em dezembro de 2019 uma nova cepa de coronavírus, que ainda não havia sido identificada em seres humanos, começa a se manifestar na cidade de Wuhan, China. Pouco tempo depois, mais precisamente em 11 de março de 2020 tal contexto já é denominado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia da Covid-19 (OPAS, 2023) e relega à população mundial a condição de quarentena/isolamento social a fim de preservar vidas.

A pandemia da COVID-19 modificou a dinâmica de vida e laboral dos/as trabalhadores/as do mundo todo. Tal cenário se alinha com a afirmação de Lara (2020, p. 55), quando afirma que

As pandemias são destruidoras e causam muitas mortes porque a ciência não consegue de imediato decodificá-las e muito menos tratá-las no calor de seu surto, pois a descoberta de um novo vírus e, por conseguinte, as formas de enfrentamento com medicamentos e vacinas exigem tempo de pesquisa científica.

No Brasil, acerca da COVID-19, o governo federal reconheceu o estado de calamidade pública através do decreto legislativo nº 6, de 20/03/20. Nesse contexto, situações preocupantes se evidenciaram, considerando que algumas atividades laborais foram consideradas essenciais e poderiam funcionar no período da pandemia, dentre estas, a mineração.

Ressalta-se que tal determinação decorre de atos legais/normativos no âmbito do Estado brasileiro. O então presidente da república, Jair Bolsonaro, se auto atribuiu o poder de dispor sobre as atividades e serviços essenciais (MP 926, de 20/03/20) editando o decreto (nº 10.282, de 20/03/20), que em sua redação original, sobre as ativida-

des de mineração, previa como essencial apenas “o monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança”.

Destaca-se que nesta normativa a atividade extrativa mineral não foi reconhecida como essencial, no entanto, o Ministério de Minas e Energia, extrapolando sua competência regulamentar, editou a Portaria nº 135, de 28 de março de 2020, liberando a execução de extenso rol de atividades compreendidas na pesquisa, lavra, beneficiamento e processamento de recursos minerais, além de garantir a transformação, comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva e o transporte e entrega de cargas de abastecimento das etapas de produção, o que desencadeou na aprovação de um novo decreto presidencial (nº 10.329, de 28/04/20) que incluiu 21 novas operações dentre as quais “atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais”, (Xavier; Bertollo, 2021).

Em suma, tais normativas, permitiram a realização desta atividade laboral/econômico-produtiva que pressupõe intensa movimentação/deslocamento de seus trabalhadores/as, que é organizada a partir de aglomeração nos meios de transporte até os complexos produtivos, nos refeitórios, em seu funcionamento de modo geral, e incidiram diretamente sobre a realidade sanitária e laboral na RQFMG uma vez que este território é marcado fortemente pela mineração extrativista, especialmente de minério de ferro. A dependência econômica em relação à essa atividade econômica foi utilizada como argumento central para justificar que as atividades não cessassem, e foi propagado pelas mineradoras, pelos poderes executivos municipal, estadual e até mesmo pelos próprios trabalhadores/as, uma vez que, sem o vínculo com a mineração o horizonte seria o desemprego.

Nessa esteira, Ricardo Antunes (2022) problematiza o contexto da crise do capital, a busca por lucratividade, a pandemia e o contexto de desproteção social da classe trabalhadora – em que se intensificam os desmontes de direitos e se amplia a miserabilidade da população, afirmando que



O desespero do capitalismo mundializado (para não falar do brasileiro) reside exatamente neste ponto: sem trabalho não há valorização do capital, o que estampa seu traço de autêntico parasita. As pressões, maiores ou menores em função da intensidade predadora e predatória das burguesias globais e nativas, forâneas e provincianas, se explicam pelo desespero pela volta da produção, pelo fim do isolamento, pela “retomada da normalidade” em uma época de alta letalidade (Antunes, 2022, p. 27).

Diante de uma doença que muito tardiamente começou a ser enfrentada de modo ético e científico em nosso país pelas instâncias governamentais, considerando o negacionismo assumido pelos ocupantes de cargos da administração pública, a opção por manter atividades produtivas, como a mineração, colocando em risco uma expressiva parcela da população, ou seja, os/as que trabalham diretamente nessa atividade, suas famílias e a comunidade em que residem, especialmente pessoas consideradas como grupo de risco (idosos, hipertensos, obesos, cardiopatas, etc.) em detrimento de maiores perdas de lucratividade econômica aos expoentes do capital.

Com a crescente intervenção militar no Ministério da Saúde (que teve continuidade com a substituição dos quadros técnicos por militares em inúmeras diretorias), o quadro seguiu piorando e tornaram-se ainda mais explícitas as posições do presidente sabotando medidas de isolamento, pautando o comportamento da parcela da população que segue apoiando-o (que oscila entre 20% e 30% de acordo com distintas pesquisas). Embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido o direito legal dos governos estaduais de estabelecer políticas próprias de isolamento, há claros indícios de que as bases bolsonaristas nas polícias militares estaduais se rebelariam contra eventuais políticas de lockdown. Além disto, a maior parte dos governadores estaduais, embora divergissem de Bolsonaro quanto ao método, jamais sustentaram concretamente políticas que efetivamente buscassem a contenção efetiva da pandemia, mas, ao contrário, orientavam-se pelo objetivo muito mais restrito de impe-

dir o colapso do sistema de saúde, propondo portanto políticas de mitigação que objetivavam apenas diminuir a velocidade de transmissão, tendo como referência fundamental a capacidade de atendimento do sistema de saúde (CALIL, 2020, p. 183-184).

Na RQFMG a atividade da mineração extrativista perpassou por situações de falecimento de trabalhadores/as, por denúncias acerca de condições inadequadas de trabalho e transporte, da não oferta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), de não cumprimento de medidas de distanciamento e proteção aos/às trabalhadores/as nos complexos produtivos das mineradoras. Para além das relações de trabalho nas mineradoras, também foi notória a divulgação de surtos de contágio e óbitos na região. Importa destacar ainda, que a RQFMG, no âmbito dos serviços públicos, especialmente da saúde, não dispõe de ampla e equipada estrutura de atendimento. Essas limitações se explicitam na falta de leitos de UTI, de medicamentos, de profissionais ou de sobrecarga de trabalho destes, dentre outros aspectos. Nesse sentido, é válida a afirmação de Lara (2020, p. 57), quando nos diz: "Vale lembrar que muitas categorias da classe trabalhadora não pararam diante da Covid-19 e muitos receberam a própria morte como pagamento pelas suas jornadas de trabalho".

Entendemos que tais situações possuem relação direta, considerando o fato de que a Covid-19 configurou-se como uma doença que permaneceu longo período sem uma estratégia científica de cura (vacinação) e, portanto, necessitava de amplo isolamento social para ser combatida, o que não foi permitido a uma expressiva parcela da classe trabalhadora brasileira. Destaca-se que a vacinação da população em nosso país deu-se de forma extremamente tardia e a passos lentos, uma vez que, no dia 19 de abril de 2021, mais de um ano após o início da situação pandêmica, apenas 32.844.543 doses tinham sido aplicadas, e 373 mil óbitos já tinham ocorrido (BRASIL, 2023).

Explicitadas essas determinações mais amplas a seguir evidenciamos o contexto da mineração extrativista na RQFMG.



Elementos do cenário pandêmico na Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais: contaminações, mortes e lucratividade

A RQFMG atravessou o período pandêmico envolta a um elevado índice de contaminações e mortes, e ausência de estrutura adequada para atendimento dos casos – especialmente aqueles que demandavam leitos de UTI, uma vez que as mineradoras permaneceram em pleno funcionamento e se tornaram as grandes difusoras da COVID-19 nos municípios da região. Tornou-se emblemático o fato de que

[...] a Vale realizou 2.142 testes nos trabalhadores em Itabira. A incidência foi de 8,78%, índice comparável aos encontrados nos locais com maior prevalência de contaminação pelo novo coronavírus no Brasil (ANGELO, 2020). [...] Desse trâmite resultou a interdição do complexo da Vale S.A. em Itabira por cerca de 10 dias. Após esse período, a Vale S.A conseguiu reverter tal decisão e o trabalho nas minas prossegue em tempos de pandemia, melhor dizendo em tempos em que os índices de contaminações e óbito aumentam exponencialmente tanto no país como em Minas Gerais (XAVIER; BERTOLLO, 2021, p. 700).

Tal fato comprova que o direito ao isolamento social, mesmo em contexto de extrema gravidade e vulnerabilidade sanitária, foi negado aos/às trabalhadores/as da mineração. Destaca-se que diante de tal cenário, movimentos sociais e entidades sindicais desencadearam uma intensa atuação reivindicando a preservação da vida, do emprego e manutenção da remuneração.

Importante ressaltar que a suspensão das atividades de mineração é uma das medidas necessárias para termos melhores condições para superar este difícil momento que estamos passando. Associado à paralisação das operações minerárias é fundamental que o Estado garanta condições concretas para o povo realizar a quarentena, como a manutenção de renda e ampliação de seus direitos. Nesse sentido, é essencial que os empregos sejam mantidos e os salários e benefícios sejam pagos de maneira integral para os trabalhadores diretos e terceirizados do setor mineral (MAM, 2020).

Emblemático tanto quanto, foi o fato de que as mineradoras destinaram recursos financeiros para a administração pública ampliar a rede de atendimento hospitalar no contexto da pandemia.

A Vale fez um acordo com a intermediação da Justiça para antecipar R\$ 500 milhões para o combate à pandemia no estado. O termo teve a participação do estado de Minas Gerais, Ministério Público e Defensoria Pública de Minas. [...] Em apoio aos profissionais que estão na linha de frente nos hospitais mineiros, a empresa entregou equipamentos de proteção individual (EPIs) para 10 instituições que atendem pelo SUS nos municípios onde ela está presente. [...] A empresa disponibilizou também para a Prefeitura de Mariana três ambulâncias equipadas com UTI, sendo que duas com respiradores. Já a Santa Casa de Ouro Preto tem à disposição cinco contêineres com ar-condicionado e macas, usados como local de primeiro acolhimento de casos suspeitos (Estado de Minas, 2020).

Percebe-se que há todo um empenho em divulgar uma imagem em que as mineradoras estão comprometidas com o bem-estar sanitário nos municípios em que atuam, no entanto, a realidade demonstra que os/as trabalhadores/as são tratados como uma mercadoria facilmente descartável. Tal fato foi amplamente denunciado em nota emitida por um conjunto de entidades sindicais e movimentos sociais que evidencia o cenário nos primeiros meses da pandemia da COVID-19 em alguns municípios da RQFMG que possuem a marca intensa da mineração extrativista.

Na cidade de Itabira, mais de 80 trabalhadores da Vale S.A. testaram positivo para Covid-19 nas últimas semanas. Em Mariana, no dia 23 de maio, 26 funcionários da Vale, Fundação Renova e terceirizadas foram diagnosticados com a doença, dois dias depois, em 25 de maio, o número foi para 36, e no dia seguinte, 26 de maio, saltou para 59 casos de um total de 104 no município, segundo boletim da Prefeitura Municipal, ou seja, a mineração é responsável por mais da metade dos casos no município e o



número mais que dobrou em apenas dois dias. Em Catas Altas já são 07 casos confirmados, expressivos 37 casos de Síndrome gripal Inespecífica, além de 55 casos de pacientes suspeitos e notificados para Covid-19 e 04 casos investigados. Estimativas alarmantes para um município de pequeno porte, mas que tem as atividades da mineração em pleno funcionamento. Em Congonhas, já foram notificados 1145 casos prováveis, há 260 pacientes em monitoramento pela Secretaria Municipal de Saúde e 02 óbitos confirmados em decorrência da Covid-19. Em Ouro Preto, conforme boletim informativo do dia 26 de maio, há 14 casos confirmados, expressivos 326 casos de Síndrome Gripal e já ocorreu 01 óbito, situação que ganha gravidade considerando o local de residência da vítima, que era morador do distrito de Antônio Pereira, localidade em que as atividades na Mina Timbopeba de propriedade da Vale S.A foram retomadas e há intensa movimentação e aglomeração de trabalhadores, além de famílias que estão sendo retiradas de suas casas em pleno contexto de pandemia. Estes dados confirmam a gravidade da situação nos municípios em que a mineração segue em pleno funcionamento e a urgência de tomada de decisão no sentido de salvar vidas (ADUFOP, 2024).

Nesse período, o cenário que vai se perpetuando na RQFMG é o de aumento de contaminação e mortes em decorrência da COVID-19. Destaca-se o fato de que em Mariana os boletins sanitários emitidos pela prefeitura municipal tiveram seu início de publicação no dia 16 de março de 2020, e neste momento, o município já possuía 03 casos notificados, sendo que o primeiro óbito ocorre em 01 de abril de 2020 e tratava-se de um trabalhador terceirizado em empresa que prestava serviços à Fundação Renova.

Nessa esteira de divulgação de informações públicas/oficiais, merece atenção a descrição “contaminados por empresa privada” que passa a fazer parte dos boletins emitidos pela prefeitura a partir do boletim n. 68, emitido em 22 de maio de 2020. Neste momento, 21 casos do total de 65 casos confirmados, tratavam-se dessa especifi-

cação. No dia 30 de maio de 2020 eram 133 casos de “contaminados por empresa privada” de um total de 217 confirmados. Tais dados explicitam o quão alarmante foi o cenário de propagação do vírus, em um curto período temporal, a partir das atividades laborais no âmbito empresarial privado, em que, pela particularidade econômica do município, é possível relacionarmos tal fato com a atividade da mineração extrativista, seja no trabalho nos complexos produtivos das mineradoras ou nos canteiros de obras da reconstrução dos distritos destruídos pelo rompimento/crime da barragem de Fundão em que a Fundação Renova é a responsável.

Chama mais atenção ainda, o fato de que a especificação “contaminados por empresa privada” constou em apenas 08 boletins emitidos entre os dias 22 e 30 de maio de 2020, com exceção do dia 26 de maio, que não trouxe esta informação. Os boletins emitidos posteriormente a esta data não mais evidenciavam esta relação direta “contaminação/empresas privadas”, o que coaduna com a ideia de preservar a imagem das empresas (mineradoras e terceirizadas) que atuam no município.

Diretamente relacionado com esses fatos, os altos índices produção/extração/comercialização/exportação e, conseqüentemente, de lucratividade alcançados pelas mineradoras no contexto pandêmico explicitam e reafirmam a lógica da dependência e da superexploração da força de trabalho, que se acentuou mais ainda neste dramático período da história recente.

As exportações de minério de ferro de Minas Gerais cresceram 134% de janeiro a março deste ano sobre o mesmo período de 2020. Ao longo do primeiro trimestre, as exportações de Minas Gerais somaram US\$ 7,66 bilhões, avanço de 44% sobre o mesmo período de 2020, quando os embarques movimentaram US\$ 5,3 bilhões. No intervalo, o saldo da balança comercial mineira chegou a US\$ 5,02 bilhões, superando em 56,25% os US\$ 3,2 bilhões de saldo registrados nos três primeiros meses de 2020.



Os dados são do Ministério da Economia e indicam que em março foi registrada alta de 60,4% na receita das exportações, que movimentaram US\$ 3,1 bilhões (MIRANDA, 2021).

Tais estimativas foram alcançadas em detrimento de muitas vidas da classe trabalhadora

O MAB alerta que os lucros exorbitantes das mineradoras ocorrem à custa da precarização das condições de trabalho com aumento da exploração e opção de governos pelo dinheiro. Em 2020, a CSN obteve a cifra de 4,5 bilhões de lucro líquido. No mesmo ano, grandes empresas, no Brasil, ganharam 331 bilhões em renúncias fiscais. A previsão para 2021 é de 457 bilhões (MAB, 2021).

De modo semelhante, a Vale S.A, também alcançou patamares significativos de lucratividade. Conforme reportagem do G1 (2022), teve “lucro recorde de R\$121,2 bilhões em 2021, alta de 354%”. A Vale encerrou o ano de 2021 com recorde em faturamento durante a pandemia, comparado ao ano de 2020, primeiro ano da pandemia.

A mineradora Vale informou nesta quinta-feira (24) que registrou lucro líquido recorde de R\$ 121,2 bilhões no ano passado, o que representa uma alta de 354% na comparação com o resultado de 2020 (R\$ 26,7 bilhões). No quarto trimestre, o lucro foi de R\$ 30,3 bilhões, acima do apurado no mesmo período do ano passado (R\$ 4,825 bilhões). Em 2021, o resultado da companhia foi influenciado pela do preço do minério de ferro no mercado internacional diante da retomada da economia global. A produção de minério de ferro somou 315,6 mil toneladas, um crescimento de 5,1% na comparação com 2020.

A mineradora Samarco também obteve uma alta lucratividade

A Samarco encerrou 2022 com R\$ 8,2 bilhões em faturamento bruto e gerou mais R\$ 1,1 bilhão em tributos nos estados onde atua – Minas Gerais e Espírito Santo, incluindo o montante gasto por fornecedores em compras para a companhia. Em 2022, o Ebitda gerencial ajustado da Samarco alcançou R\$ 4,82 bilhões.

Tal panorama confirma que a força de trabalho superexplorada, e que foi colocada em risco iminente no período pandêmico a partir de processos de trabalho em condições sanitárias adversas ao recomendado pelas autoridades de saúde foi a responsável pelos significativos índices de lucratividade alcançados pelos expoentes do capital. A lei geral da acumulação capitalista e o antagonismo classista se explicitaram de forma violenta e nítida nesse cenário pandêmico, trazendo dilemas que a sociedade respondeu conforme a hegemonia das ideias, posições e força material que conformam este adentrar de novo século, cujos fundamentos dizem respeito à generalização do modo de produção capitalista no globo e suas contradições intrínsecas e crises estruturais.

Nesse cenário, a RQFMG novamente ocupou lugar destacado em termos de violência e destruição da vida humana, o que reafirma que o atual modelo de mineração, que organiza e adentra todos os âmbitos da vida social no território, é pautado pela incessante busca de obtenção do mais valor em detrimento da satisfação das necessidades e interesses legítimos da classe trabalhadora, no caso em tela, o direito de garantir a própria vida em meio à pandemia da Covid-19.

Considerações finais

O contexto que se impôs a partir da pandemia da Covid-19, apesar de o seu fim já ter sido decretado há cerca de 01 ano, não significa que melhores condições laborais, respeito aos direitos trabalhistas e a garantia de salubridade e segurança no processo produtivo da mineração extrativista na RQFMG passaram a ser garantidos aos/às trabalhadores/as. Cotidianamente é reafirmada a condição de superexploração da força de trabalho a partir do prolongamento da jornada de trabalho considerando o sistema de trabalho em turnos, intensificação do trabalho, considerando o ritmo acelerado de produção a fim de alcançar maior lucratividade, e o pagamento de baixos salários em contraposição aos elevados índices de lucratividade.



A pandemia da Covid-19 reafirmou a urgência e importância de a classe trabalhadora se organizar de forma ampla e coletiva. Nesse sentido, os sindicatos continuam sendo uma instância imprescindível da organização classista diretamente vinculada ao mundo do trabalho, com a responsabilidade de pautar os legítimos interesses da categoria que representa.

Para além desse contexto diretamente laboral, a classe trabalhadora em seu sentido amplo e abrangente possui o desafio de uma organização massiva, com caráter internacionalista e que paute os dilemas vivenciados neste século XXI que impõem condições árduas de sobrevivência em meio a cenários de destruição ambiental, guerras, reascensão do conservadorismo, genocídios e expressiva acumulação de riqueza por diferentes frações da burguesia em proporção à generalização da miséria e pauperização da classe trabalhadora mundial.

Que as vidas ceifadas pelo modo de produção capitalista em sua face mais agressiva e violenta, tal como vivenciamos no contexto da pandemia da Covid-19, não tenha sido em vão. Que estas tristes páginas de nossa história sirvam para a reafirmação da necessidade de que a esfera da produção seja conformada e conduzida sob o controle dos trabalhadores e voltada à proteção da vida humana, à superação da mercantilização da vida e de todos os âmbitos de nossa existência, e que possamos enfim, concretizar o alcance da emancipação humana a fim de garantirmos, inclusive, a nossa existência biológica que no capitalismo é cotidianamente colocada em xeque tal como ocorreu neste recente período pandêmico.

Referências

ADUFOP. Nota Unificada: Neste período de pandemia, a mineração tem que parar! A vida é essencial, a mineração não! Disponível em: NESTE PERÍODO DE PANDEMIA, A MINERAÇÃO TEM QUE PARAR! A VIDA É ESSENCIAL, A MINERAÇÃO NÃO! (adufop.org.br). Acesso em: 10 de mar. 2024.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

BERTOLLO, K. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. 2017. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vacinômetro. Disponível em: Página Inicial – Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 23 fev. de 2023.

BRASIL MINERAL. As maiores empresas do setor mineral: Samarco. Disponível em: Samarco | AS MAIORES EMPRESAS DO SETOR MINERAL 2023 | Brasil Mineral. Acesso em: 10 de mar. 2024.

CALIL G. Nota Crítica: Negacionismo e guerra de informações na construção da tragédia brasileira sob a pandemia. Marx e o Marxismo v.8, n.14, jan/jun, 2020. Disponível em: Negacionismo e guerra de informações na construção da tragédia brasileira sob a pandemia | Marx e o Marxismo – Revista do NIE-P-Marx (niepmarx.com.br). Acesso em 06 mar. de 2023.

Estado de Minas. União de forças contra a COVID-19: Vale enfrenta o desafio do novo coronavírus com adaptação das operações e apoio às comunidades. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/patrocinado/ofuturoemconstrucao/2020/06/28/o-futuro-em-construcao,1160322/uniao-de-forcas-contra-a-covid-19.shtml>. Acesso em 06 mar. de 2023.

LARA, R. Pandemia e capital1: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. Disponível em: Pandemia e capital | Libertas (ufjf.br). Acesso em 20 fev. 2024.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Trabalhadores protestam contra falta de medidas de segurança na prevenção da covid na CSN, em Congonhas (MG). Disponível em: <https://mab.org.br/2021/04/29/trabalhadores-protestam-contrafalta-de-medidas-de-seguranca-na-prevencao-da-covid-na-csn-em-congonhas-mg/>. Acesso em 06 mar. de 2023.

MAM. Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Coronavírus avança em municípios com intensa atividade minerária. Veja balanço de MG. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2020/06/17/coronavirus-avanca-em-municipios-com-intensa-atividade-mineraria-veja-balanco-de-mg/>. Acesso em 06 mar. de 2023.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tomo I. São Paulo: Boitempo, 2013.



MIRANDA, T.G. Exportações de minério de ferro de MG crescem 134% no primeiro trimestre. Disponível em: <https://www.bnaconsultoria.com/blog/exportacoes-de-minerio-de-ferro-mg-cresce-134#:~:text=As%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20de%20min%C3%A9rio%20de,o%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202020.&text=Ao%20longo%20do%20primeiro%20trimestre,US%24%205%2C3%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Histórico da pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 23 fev. 2024.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p.37-86.

SEOANE, J. Neoliberalismo y ofensiva extractivista: Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América. Revista Theomai, Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?, v. 26, 2012. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero%2026/seoane%20-%20ofensiva%20extractivista.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024. Acesso em: 23 fev. 2024.

G1. VALE tem lucro recorde de R\$121,2 bilhões em 2021, alta de 354%: 'Em 2020, a companhia reportou ganhos de R\$26,7 bilhões'. G1, 24 de fev. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/24/vale-tem-lucro-de-r-1212-bilhoes-em-2021.ghtml>. Acesso em 10 de mar. de 2024.

WANDERLEY, L. J. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil. Acesso em: 23 fev. 2024.

XAVIER, J. B.; BERTOLLO, K. A morte e a vida andam lado a lado: considerações sobre as atividades laborais na mineração em tempos de pandemia da COVID-19. In: Direito do trabalho e crise sanitária da covid-19: leituras críticas desde o GTPC-USP. Seferian, G.; Souto Maior, J. L. (orgs.) 1 ed. Campinas-SP: Lacier Editora, 2021, (p. 691-707)

Notas

- 1 Docente do Curso de Serviço Social da UFOP. Diretora da ADUFOP. Militante do PCB em Mariana-MG e integrante do coletivo de pesquisadores/professores do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). E-mail: kathibertollo@gmail.com